

Ministro **ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA**  
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

**Ato da Vice-Presidência do CSJT**  
**ATO CSJT.GVP. N.º 2, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024.**

Institui Grupo de Trabalho com objetivo de elaborar proposta normativa a ser analisada no âmbito da CONAPROC, voltada à adequação das Resoluções CSJT 174/2016 e 288/2021, aos termos das Resoluções CNJ 374/2021, 395/2021, 436/2021 e 586/2024, bem como para sugerir aprimoramentos normativos voltados ao cumprimento da Agenda 2030 da ONU.

O VICE PRESIDENTE do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Coordenador da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação - CONAPROC, **Ministro MAURICIO GODINHO DELGADO**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e

CONSIDERANDO a atribuição do Coordenador da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação, no que se refere a organizar as "prioridades da Comissão" (art. 3º, II, do Ato Conjunto TST.CSJT.GP Nº 9, de 11 de março de 2016);

CONSIDERANDO a competência dos membros da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação para "propor, planejar e auxiliar a implementação de ações, projetos e medidas necessárias para conferir maior efetividade à conciliação trabalhista" (art. 2º, I, do Ato Conjunto TST.CSJT.GP Nº 9, de 11 de março de 2016);

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 11, § 2º, da Resolução CSJT 174/2006, que prevê que, em auxílio à CONAPROC, "poderão ser estabelecidas outras comissões e grupos de trabalho sobre outros temas que guardem pertinência com a política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito da Justiça do Trabalho";

CONSIDERANDO a Política de Governança dos Colegiados Temáticos da Justiça do Trabalho instituída pela Resolução CSJT n. 325, de 11 de fevereiro de 2022, que em seu art. 18 prevê a possibilidade de criação de Grupos de Trabalho "que se orientam por resultados, instituídos para analisar demanda definida no ato de criação e realizar entregas sob a forma de estudo, relatório, parecer ou proposta de normatização";

CONSIDERANDO a necessidade de se efetivar um regime de cooperação judiciária voltada à "efetivação de medidas e providências referentes a práticas consensuais de resolução de conflitos" (art. 6º, XIX, da Resolução CNJ 350/2020), aqui merecendo serem consideradas as normatizações ulteriores à edição das Resoluções CSJT 174/2016 e 288/2021, promovidas por meio da Resolução CNJ 436, de 28/10/2021, que criou a "Rede Nacional de Cooperação Judiciária", bem como que passou a admitir "a cooperação judiciária como estratégia para implementação das políticas nacionais do Poder Judiciário" (redação dos art. 6º, § 1º e 20 da Resolução CNJ 350/2020, conferida pela Resolução n. 436, de 28 de outubro de 2021);

CONSIDERANDO a criação de Centros de Inteligência no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho imposta pela Resolução CNJ 374/2021, com competência para "prevenir o ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa a partir da identificação das causas geradoras do litígio em âmbito nacional, com a possível autocomposição ou encaminhamento de solução na seara administrativa" (art. 2º, I);

CONSIDERANDO a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário, instituída pela Resolução 395/2021, do CNJ, pautada pelo princípio do desenvolvimento sustentável preconizado pela Agenda 2030, da ONU, com a institucionalização de Laboratórios de Inovação voltados a "abrir espaço para a participação cidadã na concepção de projetos inovadores no Poder Judiciário ou que contribuam para a efetividade da Agenda 2030", aqui se destacando a necessidade de se emprestar efetividades às ODS 16.6 e 16.7, no que diz respeito à Política Nacional de Conciliação Trabalhista.

CONSIDERANDO a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho - TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, definida por meio do Ato Conjunto TST.CSJT.GP Nº 46/2024, centrada "na consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e na eficiência, eficácia e efetividade da gestão administrativa e da governança, proporcionando a melhoria de resultados e otimização de recursos".

CONSIDERANDO que por força do art. 3º, § 2º, da Resolução CSJT n. 374, de 24 de novembro de 2023, os Laboratórios de Inovação já possuem a incumbência de desenvolverem "soluções inovadoras que facilitem a identificação de questões e de processos repetitivos", o que pode ser modelado também para mapeamento estratégico de litígios em massa, a serem submetidos à política de tratamento adequado de disputas;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da política de tratamento adequado de disputas de interesses no âmbito da Justiça do Trabalho à dinâmica do processo estrutural institucionalizada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que em fevereiro de 2024 criou o Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (NUPEC), no âmbito do Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal (DJE/STF de 06/02/2024), o que vem a recomendar que todos os demais órgãos do Poder Judiciário venham a emprestar enfrentamento orgânico e sistêmico para os litígios estruturais;

CONSIDERANDO os termos da Resolução CNJ 586, de 30 de setembro de 2024, que dispõe sobre métodos consensuais de solução de disputas na Justiça do Trabalho, e que traz como suposto "a necessidade de enfrentamento ao volume da litigiosidade na Justiça do Trabalho";

CONSIDERANDO a necessidade da política de tratamento adequado de disputas de interesses no âmbito da Justiça do Trabalho definir estratégias para auxiliar no enfrentamento dos fenômenos da litigiosidade predatória, de massa e repetitiva, com mapeamento de eventuais abusos processuais, notadamente aqueles que eventualmente envolverem os maiores litigantes da Justiça do Trabalho, de forma não só a viabilizar correção estrutural de situações complexas e de projeção coletiva, mas também de forma a evitar a instrumentalização da porta conciliatória para apreciação de lides simuladas;

RESOLVE

Art. 1º. Instituir Grupo de Trabalho com objetivo de elaborar proposta normativa a ser analisada no âmbito da CONAPROC, voltada à adequação das Resoluções CSJT 174/2016 e 288/2021 aos termos das Resoluções CNJ 374/2021, 395/2021, 436/2021 e 586/2024, bem como para sugerir aprimoramentos normativos voltados ao cumprimento da Agenda 2030, com estratégia voltada a:

I – efetivar um regime de cooperação judiciária voltada à “efetivação de medidas e providências referentes a práticas consensuais de resolução de conflitos” (art. 6º, XIX, da Resolução CNJ 350/2020), aqui merecendo serem consideradas as normatizações ulteriores à edição das Resoluções CSJT 174/2016 e 288/2021, promovidas por meio da Resolução CNJ 436, de 28/10/2021, que criou a “Rede Nacional de Cooperação Judiciária”, bem como que passou a admitir “a cooperação judiciária como estratégia para implementação das políticas nacionais do Poder Judiciário” (redação dos art. 6º, § 1º e 20 da Resolução CNJ 350/2020, conferida pela Resolução n. 436, de 28 de outubro de 2021);

II – estruturar fluxos de interação entre os órgãos promotores da conciliação e os Centros de Inteligência Judiciários, passando a tratar de forma orgânica e sistêmica as causas geradoras dos litígios repetitivos ou em massa, com vistas à construção de soluções estruturais;

III – integrar os órgãos de conciliação à Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário, instituída pela Resolução 395/2021, do CNJ, proporcionando a melhoria de resultados e otimização de recursos, inclusive no aproveitamento de “soluções inovadoras que facilitem a identificação de questões e de processos repetitivos” (Resolução art. 3º, § 2º, da Resolução CSJT n. 374, de 24 de novembro de 2023), e que também podem ser utilizadas para a identificação de hipóteses de litigiosidade predatória;

IV - adequar a política de tratamento adequado de disputas de interesses no âmbito da Justiça do Trabalho à dinâmica do processo estrutural institucionalizada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que em fevereiro de 2024 criou o Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (NUPEC), no âmbito do Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal (DJE/STF de 06/02/2024), o que vem a recomendar que todos os demais órgãos do Poder Judiciário venham a emprestar enfrentamento orgânico e sistêmico para os litígios estruturais;

V - adequar a política de tratamento adequado de disputas de interesses no âmbito da Justiça do Trabalho aos termos da Resolução CNJ 586, de 30 de setembro de 2024, que dispõe sobre métodos consensuais de solução de disputas na Justiça do Trabalho, e que traz como suposto “a necessidade de enfrentamento ao volume da litigiosidade na Justiça do Trabalho”;

VI – revisar a matriz curricular dos cursos de formação voltados à habilitação para atuação em CEJUSCs, de forma a agregar competências que dizem respeito ao processo estrutural, à cooperação judiciária, à gestão da inovação, à prevenção de lides simuladas, ao escorreito exercício de jurisdição voluntária, bem como que dizem respeito às matérias de fundo que transversais à conciliação trabalhista, além de outros aprimoramentos pertinentes;

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes magistrados e servidores:

I – Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, Vice Coordenador da CONAPROC, que coordenará o colegiado;

II - Juiz Bruno Alves Rodrigues, Auxiliar da Vice Presidência do TST, que secretariará o colegiado;

III – Juíza Roberta de Melo Carvalho, Auxiliar da Vice Presidência do TST;

IV – Juíza Flavia Cristina Rossi Dutra, Auxiliar da Vice Presidência do CSJT;

V – Desembargadora Ana Paula Taceda Branco, Coordenadora do CEJUSC de 2º grau do TRT17 e representante da Região Sudeste na CONAPROC;

VI – Servidora Luiame Moraes Xavier, vinculada ao CEJUSC-TST

VII - Servidora Marta Verli, vinculada ao CEJUSC2, do TRT10;

VIII – Servidor Leo Bryan Lisboa Batista, vinculado ao CEJUSC1, do TRT3.

Art. 3º O Grupo de Trabalho realizará reuniões virtuais ou presenciais, seguindo cronograma definido pelo Ministro Coordenador, com quórum de votação correspondente à metade mais um do colegiado.

Art. 4º. A Secretaria da Vice Presidência funcionará como Unidade de Apoio Estratégico (UAE) ao Grupo de Trabalho.

Art. 5º. O prazo de funcionamento do Grupo de Trabalho e para apresentação do relatório final é de 60 dias.

Art. 6º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de Outubro de 2024.

**MAURÍCIO GODINHO DELGADO**  
Ministro Vice Presidente do TST e do CSJT

**Secretaria Jurídica, Processual e de Apoio às Sessões**

**Despacho**

**Despacho**

**Processo Nº PCA-0001951-62.2024.5.90.0000**

Complemento

Processo Eletrônico